

Florestal atua em espaço urbano. E palmito some

José Maria Tomazela/AE

Com excesso de atribuições e falta de recursos, polícia perde guerra com palmiteiros

JOSÉ MARIA TOMAZELA

REGISTRO – A Polícia Florestal, encarregada de fiscalizar os crimes ambientais, está sobrecarregada de atribuições. Além das agressões ao meio ambiente, os policiais têm agora a responsabilidade de atender ocorrências de violações contra o patrimônio histórico como, por exemplo, uma pichação de um prédio tombado. Com excesso de trabalho e condições precárias de trabalho – em São Paulo, não conta sequer com um helicóptero –, ela começa a perder a guerra contra os criminosos. O maior exemplo disso é o corte ilegal do palmito nas reservas de mata atlântica do Vale do Ribeira e litoral paulista.

Entre janeiro e setembro, essa atividade clandestina representou a derrubada de uma floresta de mais de 600 mil palmeiras juçaras. Esse volume é baseado numa equação feita por ambientalistas e aceita pela Polícia Florestal e de Mananciais segundo a qual o policiamento consegue recuperar 10% do palmito cortado. Este ano, segundo a Florestal, foram apreendidas 62.533 unidades, entre tocas e o palmito já embalado em vidros. Cada unidade corresponde a uma palmeira cortada.

A Polícia Florestal de Registro, no Vale do Ribeira, responsável pela fiscalização de quatro parques estaduais, apreendeu 32 mil unidades até setembro. Só em agosto foram 9 mil palmitos, dez vezes mais que o recolhido em janeiro. “Estávamos com carros parados por falta de combustível”, justificou o comandante da Florestal, capitão Henri Sasaki.

Segundo o biólogo Clodoaldo Armando Gazzetta, da entidade ambiental SOS Mata Atlântica, este ano, a média mensal de 6,9 mil unidades apreendidas do palmito extraído ilegalmente das reservas é maior que a do ano passado, de 4,4 mil unidades por mês. “Há quadrilhas agindo dentro dos parques estaduais onde ainda existem palmitos.” Para ele, a palmeira juçara foi extinta em muitas áreas de preservação.

Confronto – O aumento de apreensões neste ano coincide com o período em que a vigilância dos guarda-parques foi retirada, após confrontos armados com palmiteiros. A situação de conflito obrigou a Polícia Florestal a intensificar, na medida do possível, o policiamento. É mais uma demonstração de que as agressões ao meio ambiente só aumentaram. “Fizemos operações especiais e recebemos um número maior de denúncias”, disse Sasaki. Para ele, o perfil dos palmiteiros mudou depois que grupos do Paraná e Santa Catarina passaram a entrar nos parques paulistas. “Além de facões, eles traziam revólveres e espingardas.”

O 1.º tenente Glauco Rogério Ribeiro Alves, da 3.ª Companhia da Florestal em Sorocaba, disse que grande parte do produto apreendido foi retirada de palmeiras jovens. “Eles não estão esperando a árvore se tornar adulta.” A companhia, que atua nos parques estaduais de Jurupará e Carlos Botelho, apreendeu mais de 20 mil unidades este ano. “Em algumas operações, usamos um helicóptero emprestado.” Do alto, segundo ele, fica mais fácil localizar o palmito transportado no lombo de mulas. Quanto ao fato de a Florestal ter atribuições em perímetro urbano, os comandos regionais estão negociando a transferência desse trabalho para o policiamento militar.



A pouca fiscalização não impede o palmiteiro clandestino de fazer o corte das palmeiras juçara na mata atlântica do Vale do Ribeira

José Maria Tomazela/AE



Transporte de feixe de palmitos dentro de área de manejo; burocracia impede que mais áreas como essas sejam implantadas

Em pouco tempo, não haverá o que cortar

Está cada vez mais difícil cumprir a 'quota' dos clandestinos. Só se encontra palmito fino

REGISTRO – Os cortadores de palmito ilegal não temem a ação da Polícia Florestal. Eles têm sentinelas que avisam em caso de blitz. Nessas ocasiões, geralmente o grupo se dispersa e leva a carga. Os guardas-parques eram mais temidos porque andavam no interior da mata e acionavam os florestais quando constataavam uma ação criminosa. Atualmente, uma terceira preocupação tomou conta dos palmiteiros clandestinos: o produto dá sinais de que está sumindo das matas.

Palmiteiros de Sete Barras estão demorando três dias para cumprir a quota de corte clandestino de palmitos que antes era feita em um dia. Além de terem de caminhar muito mais no interior da mata, eles só encontram palmitos finos, de baixo rendimento. “Antes, com 2 árvores a gente enchia um pote (embalagem de vidro de 2,5

litros). Agora precisa cortar 18”, contou um dos cortadores. Seu grupo atua na região conhecida como Guapiruvu, no Parque Estadual de Intervales.

Na última investida, o palmiteiro conseguiu carga para fazer apenas duas embalagens. Cada uma é vendida a R\$ 8,00. “A coleta é sempre dentro do parque, porque fora já cataram tudo”, conta. Na maioria das vezes, o palmito é cozido nos acampamentos. A água é coletada em córregos e ribeirões. O risco é a contaminação por uma toxina liberada pela bactéria *Clostridium botulinum*, causadora do botulismo.

A atividade predadora dos palmiteiros clandestinos sofreu forte concorrência de grupos dos Estados de Santa Catarina e do Paraná, que invadiram a região no início do ano. Os grupos chegavam de ônibus e tinham a cobertura de intermediários da região. “Eles corta-

ram muito palmito fino como lápis.” Assim que a juçara tornou-se escassa, os invasores deixaram de aparecer.

Manejo – O biólogo Clodoaldo Gazzetta lembra que a juçara é vital para a mata atlântica, um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo e declarado reserva da biosfera. “É uma espécie-chave, pois garante, através do fruto e do palmito, a sobrevivência de vários animais e aves e também de seus predadores naturais.”

Uma das soluções seria a exploração feita de forma disciplinada, o chamado manejo sustentado. Mas nos últimos cinco anos, o Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN), órgão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, autorizou apenas 20 planos de manejo sustentado da palmeira juçara. A média é de quatro projetos aprovados por ano. Hoje, apenas qua-

tro continuam funcionando.

O veterinário Marcos Malta Migliano, que mantém um projeto em Sete Barras, no Vale do Ribeira, culpa o excesso de burocracia. “Levei quase oito anos para conseguir a primeira autorização”, conta. Ele possui licença para efetuar até 50 mil cortes por mês, mas não chega a fazer 20 mil. “As exigências são muitas e algumas normas previstas na lei não funcionam na prática.” O diretor-geral do DEPRN, José Edilson Marques Dias, confirma a dificuldade na aprovação dos planos. “São poucas pessoas que entram com o pedido, pois é um processo demorado.” (J.M.T.)

PALMEIRA
 JUÇARA É
 VITAL PARA A
 MATA